

Declaração Final do IV Congresso Mundial da CGLU

“Imaginar a Sociedade, Construir a Democracia”

Rabat, 4 de outubro de 2013.

1. Nós, Prefeitos e representantes das cidades e dos governos locais e regionais do mundo, de cidades pequenas, médias e grandes, de metrópoles e regiões, ao serviço das comunidades urbanas e rurais, reunidos de 1 a 4 de outubro de 2013 em Rabat, Reino de Marrocos, por ocasião do 4º Congresso Mundial de **Cidades e Governos Locais Unidos**.

2. **Saudando** o centenário da fundação da *União Internacional das Cidades*, por sua contribuição à democracia local e ao fortalecimento das autoridades locais a nível mundial, em particular por seu papel decisivo junto à Federação Mundial de Cidades Unidas e a Metrópolis na fundação da CGLU em 2004.

3. **Reafirmando** que os valores que guiaram os fundadores, a paz, o diálogo e o entendimento entre os povos e a cooperação entre os governos locais, estão sempre vigentes.

4. **Preocupados** pelas crises e pelos conflitos armados que afetam a numerosas regiões do mundo e pelas ameaças que pesam sobre o planeta devido aos efeitos do câmbio climático, a insegurança alimentar, a falta de moradia, a pobreza e a exclusão social, fatores que limitam nossa possibilidade de imaginar o futuro e a construção da democracia.

5. **Constatando** que a crise mundial afeta de forma desigual a nossas sociedades e que apesar de não ser as causas desta crise, em muitas regiões – e em particular na Europa – as autoridades locais sofrem cortes orçamentários que têm consequências diretas sobre o acesso aos serviços básicos e ao emprego para os mais vulneráveis, empurrando-os para um círculo de exclusão e de pobreza.

6. **Reconhecendo** a necessidade juntar os esforços de todas as partes interessadas, e em particular das Nações Unidas, para fomentar a paz no mundo e definir uma agenda internacional que permita superar a atual situação na qual metade da humanidade não pode se beneficiar das melhores qualidades de vida.

Façamos um chamado em favor de um mundo pacífico.

7. **Reafirmamos** com vigor o papel político inquestionável das autoridades locais como promotores efetivos da paz e do diálogo entre os povos.

Chamamos a construir sociedades inclusivas, participativas e justas.

8. **Constatando com satisfação** que as revoluções democráticas mencionadas na Declaração do Congresso de Jeju em 2007 continuam estendendo-se pelo mundo e conscientes que é a nível local onde se constroem essas democracias e onde se desenvolve e se diversifica a participação cidadã, em particular no processo de tomada de decisões.

9. **Conscientes** que as grandes mudanças que o mundo tem presenciado desde o Congresso do México em 2010, geram preocupação em algumas regiões do mundo, mas também constituem uma fonte de esperanças.

10. **Levando em conta** as aspirações da juventude que em muitas regiões reclama seu lugar em sociedades democráticas.

11. **Convencidos** que a democracia se constrói a nível local e que se necessitará transformar no futuro os modelos centralizadores que conhecemos. O nível local é onde se pode renovar o contrato social entre as comunidades e os poderes públicos porque compreende melhor as necessidades dos cidadãos. Em um contexto em que os Estados parecem cada vez mais distantes das necessidades cotidianas dos cidadãos e limitados frente a um entorno econômico e financeiro global em constante mudança.

12. **Animados** pelas experiências dos ODM, que demonstrou que onde se obtiveram avanços significativos, as autoridades locais e regionais contribuíram para sua realização. Existe uma ampla evidência que nos casos em que não foi aplicado o princípio de subsidiariedade, os resultados não foram tão satisfatórios.

13. **Convencidos**, como demonstra o *Terceiro Informe Mundial sobre a Descentralização e a Democracia Local*, GOLD III, que investir nos serviços básicos deve ser uma prioridade para reduzir as desigualdades e contribuir para o desenvolvimento.

Reclamamos uma vida digna para todos.

14. **Comprometidos** a desempenhar nosso papel para contribuir para superar a crise, inovar, reativar a economia e criar emprego, responder a crescente necessidade de serviços básicos para todos.

15. **Reconhecendo** que este é um duplo momento histórico para a CGLU e seus membros porque se está realizando o balanço dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e se aproxima rapidamente a III Conferência Mundial sobre a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável “Habitat III”, que se celebrará em 2016, marcando uma nova etapa para o desenvolvimento na qual as cidades e as regiões deverão desempenhar um papel decisivo.

16. **Destacando** os compromissos assumidos durante os Congressos Mundiais anteriores, nos quais as cidades e as regiões reafirmaram seu papel fundamental para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e celebraram o reconhecimento crescente de nossa Organização Mundial no seio das Nações Unidas, em particular através da participação do Presidente da CGLU no Painel de Alto Nível sobre o Pós-2015.

17. **Manifestando**, contudo, que apesar dos avanços importantes, alguns dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tais como o saneamento, não serão alcançados em algumas regiões, como África Subsaariana ou o sul da Ásia, acumulam atrasos inquietantes, enquanto tanto as desigualdades no mundo se aprofundam e se urbanizam.

18. **Conscientes** que, durante os próximos 20-30 anos, o crescimento demográfico terá lugar em grande medida nas cidades, onde deverão se alojar um bilhão e meio de novos habitantes.

Chamamos a construir uma verdadeira aliança mundial

19. **Tomando nota** dos avanços realizados para o reconhecimento do papel das autoridades locais nas políticas internacionais, em particular nos resultados da Conferência das Partes em Cancun, a Declaração da Rio+20, o trabalho do Painel da Alto Nível para o Secretário Geral das Nações Unidas, ou a Comunicação da Comissão Europeia sobre Autoridades Locais na qual se solicita “reconhecimento de uma maior autonomia às autoridades locais nos países sócios”. Apesar desses avanços inegáveis, a reforma das instituições internacionais, a qual pode conceder às cidades e regiões o lugar que lhes corresponde, avança lentamente.

Através desta Declaração nossas associações e nós, autoridades locais e regionais, nos comprometemos a:

I. Continuar a mobilização para manter os valores que nos unem.

20. No contexto internacional de crise e conflitos e, ao mesmo tempo, de avanços democráticos, desejamos dar prioridade à construção da paz e ao desenvolvimento, contribuir para a renovação da democracia desde o nível local e incluir a juventude para que se associe ao desenvolvimento de suas cidades e territórios.

II. Atuar de maneira determinada para avançar em direção à formulação da Agenda das Cidades e Regiões do século XXI.

21. Em dezembro de 2012, durante a VI Cúpula da Africidades celebrada em Dakar, as cidades e regiões presentes no Conselho Mundial da CGLU reconheceram a necessidade de definir uma Agenda das Cidades e Regiões para o século XXI, a qual reflita os valores comuns que unem os membros da CGLU e a seus sócios no caminho para a Habitat III. Reconheceram assim a necessidade de desenvolver uma estratégia internacional das autoridades locais e regionais na implementação da Agenda de Desenvolvimento e promover soluções locais concretas adaptadas aos desafios de nossa era.

III. Queremos ser um sócio reconhecido pelo sistema das Nações Unidas.

22. Solicitamos a participação plena dos governos locais em todos os processos de tomada de decisões a nível internacional e fazemos um chamado para a construção de uma arquitetura de governança global mais inclusiva, que envolva aos atores não estatais para a tomada de decisões.

23. Pedimos às instituições internacionais que considerem às autoridades locais e regionais como uma esfera de governo e como sócios de pleno direito. Solicitamos às Nações Unidas que outorguem a nossa Organização o status de observador na Assembleia Geral para poder ampliar nossa contribuição às políticas do sistema das Nações Unidas. Convidamos a ECOSOC a continuar seu processo de reforma de maneira inclusiva para permitir aos Grupos Maiores e aos governos subnacionais que desempenhem plenamente seu papel.

24. Propomos que a *Terceira Conferência Mundial sobre Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável “Habitat III”* em 2016 seja um processo inclusivo no qual participem todas as

partes interessadas e que se apoie nas recomendações da 2ª Assembleia de Cidades e Autoridades Regionais.

25. Comprometemo-nos a contribuir ativamente para o processo de preparação da Conferência da ONU, promovendo a consulta dos membros das cidades e regiões através das organizações de autoridades locais e regionais reunidas no *Grupo de Trabalho Global das Autoridades Locais e Regionais para a Agenda Pós-2015 e para a Habitat III*.

IV. Elaborar uma única Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015.

26. Chamamos para a construção de uma única Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, que integre os objetivos de erradicação da pobreza extrema e contribua para a prosperidade e o desenvolvimento sustentável.

27. Consideramos que a redução das desigualdades, facilitando a coesão entre os territórios e promoção da governança e da democracia local são elementos chave da agenda. A inclusão, a igualdade, o acesso aos serviços básicos, ao trabalho decente e à cultura, respeitando o meio ambiente, devem ser elementos essenciais a um futuro sustentável para todos.

28. A nova Agenda deverá também incluir objetivos específicos para um Desenvolvimento Urbano Sustentável. Afirmamos que, para ampliar suas possibilidades de êxito, a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 deve avançar para a “localização” de seus objetivos, metas e indicadores, e definir os meios necessários para assegurar sua implementação.

29. Nós, as autoridades locais e regionais do mundo, assinamos esta declaração e renovamos nossas expectativas com o trabalho que o nosso movimento deve promover nos próximos 100 anos e começará agora nas ruas de nossas cidades e povos.

Rabat, 4 de outubro de 2013.

**Esta não é uma tradução oficial da CGLU, sendo realizada pela Confederação Nacional de Municípios.*